

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

PROVA: Contador

Português

01 – Dada as alternativas a seguir, classifique as palavras sublinhadas quanto ao significado de pronúncia e grafia:

- a) () deferir e diferir - palavras parônimas
- b) () deferir e diferir - palavras homônimas
- c) () deferir e diferir - palavras sinônimas
- d) () deferir e diferir - Palavras Antônimas

02 – Assinale a alternativa correta que contem as palavras apresentadas/acentuadas dentro da nova e oficial regra ortográfica da nossa língua portuguesa:

- a) () pré-história, micro-sistema, geléia, bóia, enjôo
- b) () pré-história, microssistema, geléia, bóia, enjôo
- c) () pré-história, microssistema, geleia, boia, enjoo
- d) () pré-história, micro-sistema, geleia, boia, enjoo

03 – Assinale a alternativa correta quanto à classificação do sujeito nas seguintes orações:

- I - Arroz, feijão e carne estão no prato. (sujeito composto)
- II - Estão cantando aí à janela. (sujeito indeterminado)
- III - A Alice acabou de sair. (sujeito simples)
- IV - Está um frio! (oração sem sujeito)
- V – Corri conforme sua ordem. (sujeito oculto)

- a) () I – II – III e V estão corretas
- b) () I – III – V estão corretas
- c) () I e III estão corretas
- d) () I – II – III – IV e V estão corretas

04 – Assinale a alternativa correta:

- I - O atleta educado cedeu a sua poltrona à mulher grávida. (educado, poltrona, = adjunto adnominal)
- II - A economia do Brasil vai de mal a pior. (do Brasil = adjunto adverbial)
- III - Dorme lindamente. (lindamente = adjunto adnominal)
- IV - Cheguei tarde. (tarde = adjunto adverbial)
- V - Vim de carro. (de carro = adjunto adverbial)

- a) () I – II – IV e V estão corretas
- b) () IV e V estão corretas
- c) () I – IV e V estão corretas
- d) () Todas estão corretas

05 – Indique a alternativa correta quanto ao predicativo do sujeito e o tipo de verbo na frase abaixo:
“O bebê dorme sossegado”

- a) () dorme = verbo de ação. sossegado = objeto indireto
- b) () dorme = verbo de ação. sossegado = predicativo
- c) () dorme = verbo de ligação. sossegado = objeto indireto
- d) () dorme = verbo intransitivo. sossegado = predicativo

Matemática, Raciocínio Lógico e Conhecimentos Gerais.

06 – Na Prefeitura Municipal o Contabilista atendeu 9, 5, 7, e 6 secretários municipais nos primeiros quatro dias úteis da semana. No quinto dia útil dessa mesma semana o contabilista atendeu N secretários municipais. Sendo 7 a média de atendimentos do contabilista nos cinco dias úteis da semana, a mediana foi de?

- a) () 35
- b) () 6
- c) () 9
- d) () 7

07 – Na previsão de salários na Prefeitura Municipal para o ano de 2020, a média aritmética dos salários de 8 servidores do setor tributário é R\$ 3.200,00. Para os 6 primeiros servidores a média aritmética dos salários é R\$ 4.000,00, o oitavo servidor ganha R\$ 1.000,00 a mais que o sétimo servidor. Diante do exposto, o salário do oitavo servidor é igual a?

- a) () 300,00
- b) () 3.200,00
- c) () 1.300,00
- d) () nenhuma alternativa correta

08 – A operação é uma resposta às evidências de um ataque químico na cidade síria de Douma, na semana passada. EUA e aliados denunciam que o ataque teria sido protagonizado pelo regime do presidente sírio, Bashar al-Assad, que por sua vez nega tal participação. (www.bbc.com)

A guerra civil na Síria está em evidência nos noticiários de todo o mundo e representa uma ameaça a paz para diversos países. O regime de Bashar al-Assad possui muitos países aliados e muitos contrários.

Podemos citar como forças/nações contrárias ao regime sírio, principalmente pelos indícios do uso de armas químicas, e com disposição e força bélica para atacar a qualquer momento a Síria:

- a) () França, Estados Unidos e Reino Unido
- b) () França, Estados Unidos e Irã
- c) () Turquia, Rússia e Estados Unidos
- d) () Inglaterra, Estados Unidos e Rússia

09 – Ao transformar a dízima 4,36666... em uma fração vamos encontrar o seguinte resultado:

- a) () 786/90
- b) () 393/90
- c) () 393/45
- d) () Nenhuma alternativa correta

10 – Considerando que a palavra LATA possui duas vogais, quantos anagramas são possíveis formar com esta palavra LATA?

- a) () 12
- b) () 8
- c) () 24
- d) () 16

Conhecimentos específicos

11 – Nos termos da Lei Federal nº 8429 de 02/06/1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário:

- I. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- II. Permitir ou facilitar a aquisição permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- III. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- IV. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- V. Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

Com base nas opções acima, responda:

- a) () – somente I e II estão incorretas;
- b) () – II, III, IV e V estão corretas;
- c) () – somente II e III estão corretas;
- d) () – II, III e V estão corretas.

12 – Salvo casos especificados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos os licitantes. Neste sentido, a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com quais princípios básicos:

- a) () impessoalidade, legalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo;
- b) () legalidade, impessoalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;
- c) () moralidade, publicidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento subjetivo e legalidade;
- d) () legalidade, pessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

13 – É sabido que a Lei nº 8666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações norteiam as compras e aquisições da administração pública. Neste viés e considerando o que preceitua a Lei ora citada, para o julgamento das propostas o órgão ou entidade contratante deve estabelecer o tipo da licitação que pretende adotar e também a modalidade de licitação.

Diante disso, assinale a afirmativa que não condiz com o que determina a legislação:

- I – Modalidade: é o critério de julgamento utilizado pela Administração para seleção da proposta mais vantajosa;
- II – Tipo: é o procedimento administrativo da licitação;
- III – Tomada de preços, carta convite, concorrência, concurso e leilão são modalidades de licitação;

IV – São modalidades de licitação: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta (nos casos de alienação de bens);

V – Técnica e preço é critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração é escolhida com base na maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica;

VI – Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, pregão e registro de preços são modalidades de licitação;

- a) I, II, III e VI
- b) I, II, V e VI
- c) III e V
- d) I, II, IV e VI

14- A administração pública deve ter suas ações voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, onde, tal responsabilidade pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Assinale a alternativa correta:

- a) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- b) O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar 101/2000, conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os programas e objetivos da administração;
- c) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício posterior a sua vigência;
- d) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente e de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

15 – Para os efeitos da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa total com pessoal:

I - O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos e inativos, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder;

II – Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “outras despesas correntes”;

III – A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.

IV – A despesa líquida com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Com base nos itens acima, pode-se dizer que:

- a) somente I e II estão erradas
- b) nenhuma está correta

- c) somente I, III e IV estão corretas
- d) todas estão corretas

16 – A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu limites máximos para as despesas com pessoal para o Poder Executivo. Quando a despesa total com pessoal exceder a noventa e cinco por cento desse limite, é vedado ao Poder que houver incorrido no excesso:

- a) criação de cargo, emprego ou função e realização de concurso público;
- b) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista na constituição;
- c) alteração da estrutura de carreira que não implique aumento de despesa;
- d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e assistência social.

17 – Para contratação de operações de crédito, os entes da Federação deverão formalizar seu pedido fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento de algumas condições exigidas em lei, dentre as quais:

Assinale a opção correta:

- a) observância dos limites e condições fixados pela União;
- b) autorização específica da Câmara Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- c) existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- d) inclusão no orçamento ou em créditos extraordinários dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

18 – A transparência pública é um dos objetivos essenciais da administração pública moderna, assim sendo, a ampliação da divulgação das ações do governo contribui para o fortalecimento da democracia. No tocante a transparência na gestão fiscal a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a transparência será assegurada mediante:

I – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Legislativo.

II – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, após os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

IV - adoção de sistema interligado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Senado Federal.

Responda:

- a) somente I está correta
- b) I, II e III estão corretas
- c) somente III está correta
- d) somente IV está correta

19 – A Lei 4.320 de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Com base na Lei, é correto afirmar:

- a) Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias.
- b) A lei de orçamento não poderá conter autorização ao executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa.
- c) Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, saúde e educação.
- d) As receitas e despesas correntes serão objeto de um quadro de recursos e de aplicação, aprovado por Decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.

20 – As receitas públicas existem devido à necessidade de arrecadação dos entes federativos visando a manutenção da máquina estatal. Em relação à receita e despesas públicas, marque a opção incorreta.

- a) as receitas públicas são consideradas ingressos financeiros no patrimônio público;
- b) a despesa compreende os recursos gastos pelo ente governamental, a serem computados na apuração do resultado do exercício;
- c) segundo a classificação econômica da despesa, as despesas são desdobradas nas seguintes categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital;
- d) As receitas públicas são classificadas em três grandes grupos: receitas originárias, receitas derivadas e semiderivadas.

21 – No tocante ao conceito e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, conforme definições da NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, é correto afirmar que:

- a) o conceito de unidade contábil é aplicável na consolidação de entidades públicas tanto para fins de atendimento de exigências legais como para informações de natureza gerencial.
- b) devido ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade pública com foco no patrimônio, o campo de aplicação da contabilidade pública apresenta restrição para entidades que, por acordo, necessitem registrar apenas operações orçamentárias.
- c) unidade contábil é a entidade organizacional com autonomia administrativa e financeira.
- d) as unidades contábeis podem ser classificadas em centralizadas, descentralizadas, unificadas e consolidadas.

22 – O orçamento público é uma peça do planejamento feito por um ente público com o intuito de atender, durante determinado período, os planos e programas de trabalho por ele planejados. Julgue com relação às características e ao tratamento a ser dado aos créditos adicionais, os itens a seguir:

I – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento são denominadas créditos adicionais;

II - os créditos adicionais são classificados em créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários;

III - o ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível;

IV - a abertura de créditos extraordinários depende de autorização prévia, que pode ser incluída na própria lei de orçamento ou em lei especial;

V - os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II e V
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II, IV e V

23 – Quanto às Normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, em especial à NBC T 16.9 – que trata da Depreciação, Amortização e Exaustão, analise as opções a seguir:

I – sem prejuízo da utilização de outros métodos de cálculo dos encargos de depreciação, podem ser adotados os seguintes métodos: quotas constantes, somas dos dígitos, unidades produzidas;

II – valor residual compreende o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

III – a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos.

Com base nos itens acima, assinale:

- a) somente a afirmativa I está correta;
- b) somente a afirmativa II está correta;
- c) somente as afirmativas I e III estão corretas
- d) as afirmativas I e II estão corretas;

24 – Conforme a estrutura estabelecida para o Balanço Patrimonial no MCASP, a classificação e composição dos elementos patrimoniais segue:

I - circulante e não circulante, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária;

II – circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade;

III - financeiro e permanente, com base na sua dependência ou não da execução patrimonial;

IV – o Balanço Patrimonial é composto por Quadro Principal, Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, Quando das Contas de Compensação e Quadro do Superávit ou Déficit Financeiro.

Considerando os itens acima, qual está correto:

- a) apenas II e III
- b) I, II e IV;
- c) somente III
- d) apenas II e IV.

25 – A NBC T 16.1 estabeleceu a conceituação, objeto e o campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, sendo assim, é correto afirmar que:

- a) As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo:

- parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais e integralmente, as demais entidades do setor público;
- b) () O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações;
 - c) () Campo de Aplicação é o espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis e financeiros, decorrentes de variações patrimoniais;
 - d) () A Contabilidade Aplicada ao Setor Público não deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

26 – O MCASP nos traz que a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Qual das assertivas a seguir não estão correta:

- a) () O resultado orçamentário e patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas;
- b) () A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade;
- c) () Variações Patrimoniais Aumentativas compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em decreto e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- d) () Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras compreende as operações financeiras, tais como: juros, descontos, comissões e despesas bancárias.

Boa Sorte